



Título do Trabalho

PROPOSTA DE UM MODELO DE BALANÇO SÓCIO AMBIENTAL PARA O SETOR HOTELEIRO NO ESTADO DE ALAGOAS.

Nome do primeiro autor: IRIS MEDEIROS DE BARROS CAVALCANTI

Instituição de ensino do primeiro autor (SIGLA) UFAL

e-mail: IRIS_CAVALCANTI@HOTMAIL.IT

Nome do segundo autor ANA PAULA LIMA MARQUES FERNANDES

Instituição de ensino do segundo autor (SIGLA) UFAL

e-mail LM.APAULA@HOTMAIL.COM

Resumo

A contabilidade tem seus desafios em virtude das mudanças sociais, econômicas, políticas, assim como da demanda voltada ao setor financeiro e ambiental das empresas. No Estado de Alagoas pouco se faz uso da contabilidade como suporte à gestão ambiental. Nesse sentido surge o problema a ser abordado e investigado nesta pesquisa: verificar quais ações que o setor hoteleiro alagoano adota em relação à preservação com o meio ambiente e propor a implementação de um balanço sócio ambiental no setor hoteleiro. A metodologia utilizada será exploratória e descritiva. Durante aplicação do questionário foi verificado que há uma carência de profissionais ligados à área de gestão ambiental, para que ocorra a implantação de um balanço sócio ambiental no setor hoteleiro. Porém, nota-se uma preocupação voltada para a gestão ambiental através de estudos iniciados no setor hoteleiro alagoano sobre a inclusão de ações ambientais. Diante dos dados apresentados aos hotéis entrevistados, foi verificado que nenhum utiliza o plano de contas ambiental e não possui nenhuma certificação, entretanto, é um assunto que está em pauta na gestão dos hotéis, há pouco tempo. Em síntese, essa atitude se torna importante devido ao fato de o setor hoteleiro está interligado direta e indiretamente com o meio ambiente.

Palavras-chave: Contabilidade ambiental. Balanço sócio ambiental. Gestão ambiental.

1. INTRODUÇÃO

A preocupação voltada para a gestão ambiental deixou de ser pauta apenas dos profissionais da área de meio ambiente e órgãos não governamentais tornando-se cada vez mais importante para os gestores empresariais.



Diante do exposto, a contabilidade tem seus desafios em virtude das mudanças sociais, econômicas, políticas, assim como da demanda voltada ao setor financeiro e ambiental das empresas. Representa um dos métodos mais adequados para informar dados sobre o meio ambiente, pois poderá ser aproveitada como ferramenta entre as ações de gestão ambiental e os diversos usuários dessas informações.

Observa-se que poucas empresas no Estado de Alagoas faz uso da contabilidade como suporte à gestão ambiental. Nesse sentido surge o problema a ser abordado e investigado nesta pesquisa: Quais os procedimentos adotados para contabilização de seus ativos e passivos ambientais?

A contabilidade, por meio de sua demonstração, pode ser utilizada como ferramenta indispensável para a gestão de uma empresa, dessa forma o contador poderá participar ativamente das pesquisas sobre como instruir os eventos efetuados pelas empresas que podem afetar o meio ambiente e cuidar da mensuração destes eventos.

A contabilidade ambiental tem um enorme potencial dentro de um sistema contábil, quer seja este público ou privado.

Esta pesquisa será realizada em conjunto com a rede hoteleira do Estado de Alagoas e consiste estudar: Quais os procedimentos contábeis adotados com relação as questões ambientais?

A pesquisa tem como objetivo geral a elaboração de uma proposta de um balanço sócio ambiental para setor hoteleiro do Estado de Alagoas, e os específicos foram verificar se a contabilidade está adaptada para registro de ações de gestão ambiental, como também destacar a contribuição que o balanço sócio ambiental colaboraria para o desenvolvimento sustentável no setor hoteleiro.

A motivação de trazer este tema para discussão foi com o objetivo de se aprofundar e conhecer o funcionamento do setor hoteleiro do Estado de Alagoas e verificar de que forma a contabilidade ambiental contribuiria para desenvolvimento sustentável no ramo hoteleiro.

2.CONSIDERAÇÕES TÉORICAS

2.1 Contabilidade Ambiental

Contabilidade é a habilidade de contabilizar os eventos provocados pela entidade no qual sofre mutações no patrimônio. Ao se referir o termo ambiental, ela se torna uma especialidade que tem como critério avaliar a escassez dos produtos renováveis no qual a entidade está utilizando no decorrer de sua vida útil. Como podemos perceber se trata de um termo ainda desconhecido e muito pouco utilizado. Como podemos ver através dos autores citados abaixo:

Lopes de Sá (1999) denomina contabilidade ambiental como a “Contabilidade do Ambiente Natural, adota esta expressão, pois, com as restrições exigíveis pela lógica conceptual (que exige abrangência, mas, também, objetividade).”

Enquanto Ribeiro (2006, pag.45) afirma que “a contabilidade ambiental não é uma nova ciência, mas sim, uma segmentação da tradicional já, amplamente, conhecida”. “[...] visando à evidenciação da situação patrimonial da entidade.”

Carvalho (2010, pág. 111) define a contabilidade “como o destaque dado pela ciência aos registros e evidenciações da entidade referente aos fatos relacionados ao meio ambiente”.

Como podemos verificar se trata de uma nova especialidade das ciências contábeis. Trazendo para a sociedade uma importante reflexão sobre a preservação do meio ambiente. E permitindo



que as empresas que exercem atividades que explorem os recursos naturais tenham consciência sobre a preservação ambiental. Para isso é necessário uma série de medidas uma delas: a implantação de uma educação ambiental para que a sociedade possa se despertar para uma sociedade mais humana que se preocupa com suas riquezas naturais.

Como afirma Ribeiro (2011) “[...] faz necessário ressaltar a essência do conceito de responsabilidade social, que envolve o papel da empresa, na sociedade que a cerca”. Ou seja, é importante que se crie um vínculo por parte da empresa que desenvolve atividades que refletem algum tipo de impacto a sociedade e o meio o qual o rodeia para assim criar uma política sustentável o qual todos saiam beneficiados. Pois o termo responsabilidade social infelizmente no estado de Alagoas é muito pouco utilizado no dia a dia das pessoas.

Outra ótica importante de se observar é que através da adoção de uma contabilidade ambiental nas empresas permite que haja uma transparência perante seus clientes que estejam preocupados na preservação ambiental. Como podemos verificar na afirmação de Silva (2009, pág. 20-21) “a contabilidade ambiental ajuda as empresas a demonstrarem para a população a preocupação delas com a preservação e recuperação do meio ambiente em que estão inseridas”.

Essa necessidade de demonstrar para seus clientes seu papel social com o meio ambiente torna-se uma imagem bastante relevante para a sociedade consumidora. Kramer e Tinoco (2011, pág.45) comentam que:

As questões ambientais, ecológicas sociais, hoje presentes nos meios de comunicação, vêm fazendo com que contadores e os gestores empresariais passem a considera-las nos sistemas de gestão e de contabilidade, dando ensejo ao reconhecimento da contabilidade ambiental. Todavia, essa contabilidade é ainda pouco utilizada nas empresas, mesmo no contexto mundial.

Como podemos verificar é um tema em estudo muito pouco utilizado e um dos grandes problemas na adoção da contabilidade ambiental, é justamente encontrado no objetivo central da entidade. Pois é no objetivo que se determina que tipo de contabilidade será mais conveniente para a entidade.

2.2 Ativos Ambientais

De acordo com NPA 11 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil compõem os ativos ambientais:

O imobilizado, no que se refere aos equipamentos adquiridos, visando à eliminação ou redução de agentes poluentes, com vida útil superior a um ano, e os gastos com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias a médio e longo prazos, constituindo, a rigor, valores integrantes do ativo diferido (se envolverem benefícios e ação que se reflitam por exercícios futuros). Também integram o ativo ambiental os estoques, quando relacionados com insumos, do processo de eliminação dos níveis de poluição, componentes representados por empregos e impostos gerados e obras de infraestrutura local, escolas, creches, áreas verdes e ajardinadas que busquem o desenvolvimento e a valorização da região e que eliminado o passivo ambiental, a organização produz ativos no local.

Os ativos Ambientais representam todos os investimentos que a entidade realiza com o intuito de geração de riqueza futura visando à preocupação da preservação ambiental.



Para um melhor entendimento deste termo irei mencionar alguns exemplos de ativos ambientais: aquisição de crédito através das subvenções governamentais, direito de utilizar determinada área, aquisição de máquinas e equipamentos que estejam destinados para a preservação ambiental, aquisição do selo da NBR 14001:2004. Como podemos ver qualquer bem e direito adquirido que vise à continuidade da entidade e o meio ambiente pode ser classificado como ativo ambiental. E o fator que irá definir isso será o tipo de atividade que ela explore.

Ribeiro e Carvalho (2006, pág. 61; 2010 pág. 127) concordam no conceito que “os ativos ambientais são constituídos por todos os bens e direitos possuídos pelas empresas, que tenham capacidade de geração de benefícios econômicos em períodos futuros, relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental”.

Ribeiro (2006, pág. 61-62), salienta que “[...] a empresa deixaria de transparecer suas ações como, ao mesmo tempo, permitiria ao usuário avaliar essas informações e compará-las aos demais elementos que compõem tais demonstrações.”

De acordo com o exposto a definição de ativo não sofreu grandes alterações e chegam a uma mesma conclusão, que se trata de todo investimento visando sempre o compromisso com a natureza e a continuidade da entidade. Não podemos esquecer que não adianta pensar em preservação se a entidade não assumir esse compromisso como um todo e condições necessárias para realizar os investimentos.

2.3 Passivo Ambiental

De acordo a Norma de Procedimento de Auditoria NPA 11 – Balanço e Ecologia conceitua o passivo ambiental como toda agressão que se praticou/pratica contra o Meio Ambiente e consiste no valor dos investimentos necessários para reabilitá-lo como multas e indenizações em potencial. Uma empresa tem Passivo Ambiental quando ela agride de algum modo e/ou ação, o Meio Ambiente, e não dispõe de nenhum projeto para sua recuperação.

Ribeiro (2006, pág.75-76) se refere o termo passivo ambiental “aos resultados que serão sacrificados em razão da necessidade de preservar, proteger e recuperar o meio ambiente, de modo a permitir a compatibilidade entre este e o desenvolvimento econômico”.

Tinoco e Kraemer (2011, pág. 155) advertem que “os passivos ambientais normalmente são contingências formadas em longo período, sendo despercebidos às vezes pela administração da própria empresa.”

Essas contingências que os autores mencionam se trata sobre algo incerto que pode vir ou não a ocorrer. Para um melhor entendimento do termo passivo ambiental, citaremos alguns exemplos como as multas ambientais, contaminação do solo e da água, móveis e utensílios obsoletos, baterias e pilhas acumuladas, recuperação de área degradada, despejos de animais. Como podemos perceber qualquer ação que tenha como objetivo prejudicar/recuperar o meio ambiente caracteriza um passivo ambiental, que dependendo de várias situações poderá ser penalizado dentro da legislação ambiental. O valor da multa administrativa de acordo com a lei de crimes ambientais 6965/98 varia de R\$ 50 a R\$ 50 milhões. Por isso é importante que as empresas estejam atentas para evitar essas penalidades que também podem ser revertidas em prestação de serviços a comunidade.



2.4 Custos Ambientais

O termo custo ambiental está em bastante discussão na sua definição entre os autores que ainda não chegaram a uma conclusão definitiva sobre a sua conceituação. Mas é um termo em estudo o qual já se encontra algumas definições. Como veremos a seguir:

Ribeiro (2006, pág. 52) afirma que “os custos ambientais devem compreender todos aqueles relacionados, diretamente ou indiretamente, com a proteção do meio ambiente”.

Carvalho (2010, pág. 139-140) diz que “como os gastos de preservação e recuperação ambiental estão relacionados com a atividade produtiva da empresa, estes devem ser classificados como custos e imputados aos bens e serviços produzidos pela entidade” [...]

Existe uma grande discussão ao classificar custo como voluntário compulsório e por conveniência. De acordo com Lopes de Sá (1999) “A vantagem em distinguir não está apenas em evidenciar a natureza do valor, mas, em oferecer informação sobre o que a empresa não pode deixar de considerar como investimento”.



Os custos ambientais representam todo empenho, todo o esforço direta e indiretamente vinculado a qualquer gasto, independentemente do desembolso, relativo a bens ou serviços que visem, a única e exclusivamente a preservação do meio ambiente. (Kraemer, Contabilidade Ambiental: o passaporte para a competitividade, CRCRS&VOCê-Florianópolis, V 1, n1, pág. 7, dez/2011 – mar/2002).

Tinoco e Kraemer (2011, pág. 147) ressalta ainda que os custos ambientais podem ser classificado de acordo com a tabela 1

Tabela 1: Classificação de custos ambientais

(Fonte: TINOCO, João Eduardo Prudêncio. KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Contabilidade e Gestão Ambiental. São Paulo: Atlas, 2013).

CUSTOS EXTERNOS	São custos que podem incorrer como resultado da produção ou existência da empresa. São difíceis de medir em termos monetários e geralmente está fora dos limites da empresa.
CUSTOS INTERNOS	São os custos que estão relacionados diretamente com a linha de frente da empresa, e incluem os custos de prevenção ou manutenção e são mais fáceis de serem identificados.
CUSTOS DIRETOS	Podem ser apropriados para um produto, tipo de contaminação ou programa de prevenção de contaminação particular

 <div> CONGRESSO DE CONTABILIDADE 2015 </div> <div> UNIVERSITAT DE VALÈNCIA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA </div>		<ul style="list-style-type: none"> • 6º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças • 6º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade • 9º Congresso IBEROAMERICANO de Contabilidad e Gestión 	
CUSTOS INDIRETOS		São os que não têm vínculo causal direto com o processo e a gestão ambiental, tais como treinamento ambiental, manutenção de registro e apresentação de relatórios.	
CUSTOS CONTINGENTES OU INTÁGIVEIS		São os que podem impactar nas operações efetivas da empresa	

(Fonte: TINOCO, João Eduardo Prudêncio. KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. *Contabilidade e Gestão Ambiental*. São Paulo: Atlas, 2013).

Como podemos perceber os custos ambientais estariam sendo gerados por qualquer ação que esteja ligada direta ou indiretamente na produção relacionado ao meio ambiente. Representando desta forma a alocação dos custos diretos, indiretos, fixos, variáveis na produção de produtos/serviços ecológicos. Por exemplo: o custo gerado para a reciclagem para a produção de pneus.

2.5 Despesas Ambientais

As despesas ambientais englobam todo o gasto efetuado que não esteja ligado a produção de produtos ambientais e que vise a manutenção das ações ambientais com o intuito de recuperar e preservar o meio ambiente. Como podemos perceber nas opiniões dos autores citados.

De acordo com Ribeiro (2006, pág. 50) “despesas ambientais são todos os gastos envolvidos com o gerenciamento ambiental, consumidos no período e incorridos na área administrativa.”

Quando se trata em gerenciamento ambiental estamos falando de como encontrar a melhor forma para a utilização dos recursos naturais renováveis visando sempre o compromisso com a natureza. Quando o autor menciona esse termo mostra que qualquer gasto relativo a preservação ambiental está relacionado como as despesas do período ocorrido.

Carvalho (2010, pág. 141) também concorda quando ressalta que “as despesas ambientais são todos os gastos efetuados pela empresa que tenha relação com o meio ambiente, ocorridos no período, e que não estejam diretamente relacionados com a atividade produtiva da entidade.”

E para um melhor entendimento daremos alguns exemplos, citados pelos autores Tinoco e Kraemer (2011, pág. 164) que consideram como exemplos de despesas ambientais, gestão do meio ambiente, restauração, exaustões ambientais, descontaminação, auditoria ambiental, desenvolvimento de tecnologias mais limpas e entre outros processos produtivos. Para um melhor entendimento iremos explicar cada exemplo mencionado pelos autores. Quando se fala sobre gestão ambiental está relacionado à melhor forma de utilização dos recursos renováveis e não-renováveis afim de não prejudicar as próximas gerações, além disso, ao falar de gestão também nos referimos o tratamento da água, do solo, a importância de não desperdiçar energia, a

preservação com a flora, fauna, ou seja tudo que esteja relacionado com o ecossistema faz parte de uma gestão ambiental como podemos observar na figura 1, abaixo



Figura1 – Composição de Gestão Ambiental.

(Fonte: NUNES, Thaíse. LIMA, Michele, 2012, disponível em :
<http://blogecoando.blogspot.com.br/2012/07/sistema-de-gestao-ambiental.html>)

A restauração está relacionada com a preservação, tudo aquilo que pode ser recuperado devido algum dano ocorrido ao meio ambiente, exemplo: recuperação de manguezais, recuperação do solo. O termo exaustão de acordo com o site da Receita Federal (2013) conceitua em termos contábeis a perda de valor dos bens ou direitos do ativo, ao longo do tempo, decorrentes de sua exploração. Ou seja, representa o direito de usufruir tal benefício adquirido. Consequentemente gerando uma despesa ambiental para a entidade. A descontaminação como o próprio nome já diz se refere à recuperação de uma área contaminada. As auditorias ambientais são de suma importância para aquisição do certificado da ISO 14001, se trata de uma ferramenta de auxílio para atuar na fiscalização da implantação de uma gestão ambiental ecologicamente correta nas empresas a fim de promover o bem estar social e a preservação do meio ambiente.

2.6 Receitas Ambientais

Podemos tratar de receitas ambientais como qualquer entrada de recursos provenientes de atividades relacionadas com o meio ambiente gerando um ganho positivo para a entidade.

Carvalho (2010, pág. 142) diz que “as receitas ambientais são os recursos auferidos pela entidade, em decorrência da venda de seus subprodutos ou de materiais reciclados”

De acordo com Tinoco e Kraemer (2011, pág.165) as receitas ambientais decorrem de: prestação de serviços especializados em gestão ambiental, venda de produtos elaborados de sobras de insumo dos processos produtivos, de vendas de produtos reciclados [...]

2.7 O uso da certificação da ISO 14001:2004

A ISO 14001:2004 é a norma internacional de padronização que está relacionada com a gestão ambiental. O objetivo desta série é de propor uma gestão ambiental nas empresas a fim de proporcionar proteção às empresas, pois uma vez que ela consiga implantar a certificação da ISO 14001:2004 ela deve se comprometer em respeitar e preservar o meio ambiente que possa a vim afetar. Evitando assim possíveis multas ambientais e acidentes ambientais.

De acordo com o palestrante Alberto, que tratou sobre o tema interpretação da certificação da ISO 14001:2004 ele definiu os objetivos das normas da série ISO 14000 que seria “harmonizar iniciativas de normalização pelos países; estabelecer padrões que levem a excelência ambiental, servir de guia para avaliação de performance ambiental, simplificar exigências de registros e selos ambientais, minimizar barreiras comerciais.” (ALBERTO, SISTEMAC, 2013)

A seguir um resumo da implantação desta certificação:



Este resumo mostra as etapas da implantação da certificação da ISO 14001:2001, como deve ser elaborado: a primeira parte é considerada o coração da certificação seria o levantamento dos aspectos e impacto ambientais, pois deve ser feita de uma forma bastante rigorosa, pois será através das observações dessa 1º etapa que servirá como base para a elaboração da política



ambiental, criação de programas de educação ambiental para assim seguir com as demais etapas do processo afim de garantir os melhores resultados e obter a certificação desejada.

2.8 Plano de conta ambiental

O plano de contas é um conjunto estruturado de contas, numeradas ou codificadas, racionalmente, o qual permite seu uso em sistemas de contabilidade mecânicos, ou ainda sistemas contábeis eletrônicos. (Tinoco; Kraemme, pág. 57, 2011). A elaboração do plano de contas deve estar de acordo com as atividades que empresa exerce e que possa vir a atuar. Exemplo de contas que a empresa possa exercer futuramente são as contas ambientais.

O plano de contas ambiental poderá propiciar as empresas mais informações úteis na tomada de decisão, pois a organização terá como identificar suas receitas e despesas ambientais que estejam interligadas com as atividades sustentáveis que a empresa adote ou venha adotar. Não existe um plano de contas unificado para todos os ramos de atividades. Isso ocorre por vários fatores, como, por exemplo, o porte de empresa, que tipos de atividade ela vem a exercer. O importante que ao se elaborar o plano de contas que tenha um máximo de número de contas possíveis para que não venha a se modificar constantemente. E quando mencionamos o termo plano de contas ambiental estamos relacionamos somente atividades ambientais que a empresa adotou e que possa vir a adotar.

2.9 A interação da contabilidade ambiental no setor hoteleiro

No setor hoteleiro vem se observando um crescimento gradativo e em virtude disso se vem observando também uma demanda maior de clientes. E no cenário atual que o tema desenvolvimento sustentável está em alta, vem alertando um novo perfil de clientes em virtude da valorização do meio ambiente para que possamos usufruir dos bens naturais sem prejudicar as futuras gerações. E com isso o setor hoteleiro vem se aproximando da realidade da questão da sustentabilidade. Sabemos que tratar sobre o meio ambiente nos dias de hoje vem gerando muitas discussões, e isso ocorrem também por falta de clareza e discernimento sobre as ações ambientais que podem ser utilizadas e consequentemente obtendo uma redução de custos através de um planejamento das ações sustentáveis.

Porém ao pensarmos neste ramo de atividade percebemos que ele tem uma grande importância e impacto ambiental nas suas atividades desenvolvidas, como por exemplo: os restos de comidas produzidos pelo restaurante do hotel, que poderia ser adotado um programa de reaproveitamento de alimentos com o objetivo de diminuir a quantidades de resíduos que são destinados ao lixo. Atualmente começamos a observar que muitos hotéis, pousadas, vem adotando o ecoturismo, e ações ambientais com o objetivo de preservar a sua imagem perante os seus clientes e consequentemente a valorização do meio ambiente. E como instrumento disso utiliza a Norma Brasileira 15401:2006 que trata sobre Meios de hospedagem- Sistema de Gestão da



sustentabilidade- Requisitos. Esta norma vem contribuindo para agregar valor para o ramo hoteleiro através de inclusão de atitudes sustentáveis, com o objetivo de mostrar a relação empresa-meio ambiente, proporcionando a diminuição dos impactos ambientais, por meio do uso adequado das ações adotadas pela gestão da sustentabilidade. Em virtude disso a contabilidade ambiental vem surgindo com o objetivo de identificar, mensurar e avaliar o grau de impacto e aspecto ambiental que este setor vem gerando. Devemos observar que toda empresa precisa de uma contabilidade e que a inclusão do termo ambiental significa que é possível mensurar os gastos que as empresas vêm investindo para preservar o meio ambiente consequentemente evitando gerar multas ambientais que em algumas situações podem levar a organização de descontinuidade. E devemos pensar na contabilidade ambiental como mais uma fonte de informação para a tomada de decisão do gestor, pois é através dela que podemos detectar o que é preciso ser feito para preservar e proteger tanto o meio ambiente como garantir a continuidade da empresa.

2.10 Plano de contas ambiental no setor hoteleiro

Antes de propor o plano de contas ambiental se faz necessário fazer um estudo da organização do setor hoteleiro, através de observações da estrutura da empresa, instalações, acabamentos, obras externas e internas, obras diversas, entre outras atividades que são desenvolvidas dentro das empresas. Ao falar do termo plano de contas ambiental estamos nos referindo a contas específicas que tenham interação com as atividades que a organização venha a fazer com o meio ambiente. Pois, o termo plano de contas deve procurar satisfazer todos os aspectos que a empresa necessite. Por isso, o plano de contas bem elaborado é aquele que não sofre alterações constantemente, pois deve prever futuras ações que a empresa no momento não opere, mas que pode vir a realizar.

3.BALANÇO SÓCIO AMBIENTAL PROPOSTO

De acordo com a autora desta pesquisa, segue o balanço sócio ambiental para o setor hoteleiro do Estado de Alagoas.

BALANÇO SÓCIO AMBIENTAL	
ATIVO AMBIENTAL	PASSIVO AMBIENTAL
ATIVO CIRCULANTE AMBIENTAL	PASSIVO CIRCULANTE AMBIENTAL
Disponível	Fornecedores
Caixa ambiental	Fornecedores Ambientais
Banco Conta movimento	Obrigações tributárias ambientais
Aplicações de liquidez imediata ambientais	Impostos verdes
	Obrigações Ambientais
Créditos Ambientais	Multas por danos ambientais
Créditos Ambientais	Indenizações por danos ambientais
(-) Duplicatas descontadas ambientais	Restaurações ambientais

(-) Provisão para devedores duvidosos ambientais	
Subvenções ambientais a receber	PASSIVO NÃO CIRCULANTE AMBIENTAL
Créditos por Assessoria Ambiental	Passivo Exigível a longo prazo ambiental
Títulos a receber	Empréstimos ambientais
Títulos a receber ambientais	Obrigações ambientais
(-) Títulos descontados ambientais	Multas por danos ambientais
Adiantamento a Fornecedores ambientais	Indenizações por danos ambientais
ESTOQUES AMBIENTAIS	Restaurações ambientais
PRODUTOS RECICLADOS	PROVISÕES AMBIENTAIS
ATIVO NÃO CIRCULANTE AMBIENTAL	Multas por danos ambientais
Ativo realizável a longo prazo	Indenizações por danos ambientais
Clientes Ambientais	Restaurações ambientais
Investimentos	
Investimentos ambientais	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Participações em sociedades sócio ambientais	CAPITAL SOCIAL AMBIENTAL
Participações em fundos de investimentos ambientais	RESERVAS DE CAPITAL AMBIENTAIS
Imobilizado	RESERVAS AMBIENTAIS
Maquinas e equipamentos sustentáveis	RESERVAS POR DANOS/MULTAS
Outros bens em operações ambientais	LUCROS /PREJUÍZOS ACUMULADOS AMBIENTAIS
(-) Depreciação Acumulada	
Intangível	
Marcas e patentes	
Proteção ambiental	
Direitos sobre recursos naturais	
(-) Exaustão dos recursos naturais	
TOTAL DO ATIVO	TOTAL DO PASSIVO

Para uma melhor compreensão do balanço sócio ambiental mencionado foi realizado uma tentativa de adaptar um plano de contas tradicional através de inclusão de contas ambientais para que desta forma as empresas possam saber controlar os gastos realizados com o meio ambiente e verificar o que vem fazendo para contribuir tanto para o meio ambiente como para a empresa.

Desta forma iremos comentar cada conta ambiental com o objetivo de esclarecer sua função e funcionamento de acordo com a autora desta pesquisa.

CAIXA AMBIENTAL: Tem como função registrar todas as entradas e saídas de dinheiro que tenha como objetivo ações realizada da empresa com o meio ambiente.



CLIENTES AMBIENTAIS: Seriam caracterizados como clientes ambientais aquele que tem a preocupação com o meio ambiente, e venha exercer alguma atividade que esteja relacionado com a sustentabilidade, ou atividade similar.

SUBVENÇÕES AMBIENTAIS A RECEBER – Subvenção ambiental se refere a um auxílio em dinheiro (pecúlio) que o órgão público ou alguma empresa privada que queira contribuir para a empresa, em virtude do seu compromisso com o meio ambiente. É uma forma de incentivo pelo fato de estar realizando ações positivas para o bem estar do meio ambiente.

CRÉDITOS POR ASSESSORIA AMBIENTAL – Caracteriza como um direito a receber por ter prestado algum serviço de assessoria ambiental.

TÍTULOS A RECEBER AMBIENTAIS – São originados de duplicatas de longo ou curto prazo ambiental que não esteja ligada a atividade habitual da empresa e que esteja em função de parcelamento ou de alguma duplicata não paga no vencimento, e que venha a receber futuramente.

TÍTULOS DESCONTADOS AMBIENTAIS – Seria uma operação financeira no qual a empresa entrega ao banco uma duplicata a receber que esteja envolvido com alguma atividade sustentável ou similar e este o antecipa cobrando juros antecipadamente. Passando assim a responsabilidade para o banco a vir a cobrar caso não seja feito o pagamento.

FORNECEDORES AMBIENTAIS – São caracterizados fornecedores ambientais aqueles que possuem certificação ambiental, exercendo atividade voltada para o meio ambiente e que possua uma política ambiental ecologicamente correta.

IMPOSTOS VERDES – São os impostos que as empresas pagam quando realiza atividade que possa a vir danificar o meio ambiente. A empresa apenas paga quando ocorre o fato gerador.

PRODUTOS RECICLADOS – São determinados produtos que aparentemente não possuía mais serventia e no qual a empresa reaproveita através do processo de reciclagem e os comercializa da forma que for mais conveniente.

PREVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS – Através desta conta a empresa pode verificar e realizar uma previsão dos clientes que exerce atividade ambiental ou similar e que sua situação de pagamento se encontra de forma duvidosa.

PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS DE INVESTIMENTOS AMBIENTAIS – São participação que a empresa realiza em outras empresa que esteja ligado a sustentabilidade ou atividade similar.

FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO - São ações que a empresa realiza a fim de promover o bem estar do meio ambiente e da sociedade através de ações de florestamento e como também, quando a empresa se compromete em recuperar uma área que ela degradou e utiliza a forma do reflorestamento, uma forma de recuperar algo que ela por alguma ação provocou perda da floresta inicialmente existente.

BENS EM OPERAÇÕES AMBIENTAIS – São bens que a empresa incorpora no seu patrimônio no qual tem o objetivo de utilizar em atividades relacionadas ao meio ambiente ou atividade similar que a empresa executa.

DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO AMBIENTAL – Como os bens adquiridos e utilizados pela empresa possui vida útil limitada a empresa devem realizar a depreciação, amortização e exaustão para ter controle mensal para assim saber até quando poderá utilizar os seus ativos.



DIREITOS SOBRE RECURSOS NATURAIS – São direitos que a empresa obtém através de autorização para usufruir por um determinado período. Exemplo: concessão de utilizar uma floresta por 5 anos, em virtude da atividade que a empresa exerce.

OUTRAS OBRIGAÇÕES AMBIENTAIS – São obrigações decorrentes de ações que a empresa provocou relacionado com algum acidente que envolve o meio ambiente e ela terá que arcar com as despesas.

MULTAS POR DANOS AMBIENTAIS - São ocasionado em virtude do descumprimento com a legislação ambiental.

INDENIZAÇÕES AMBIENTAIS – São ações que a empresa terá que arcar em virtude de danos a terceiros, ou por julgamento em juízo que esteja relacionado aos impactos negativos ambientais.

RESTAURAÇÕES AMBIENTAIS - São ações que empresa realiza para recuperar/restaurar áreas ambientais.

EMPRÉSTIMOS AMBIENTAIS – São empréstimos adquiridos com o objetivo de cobrir alguma despesa ambiental ou para compor o fundo de caixa ambiental para utilizar em virtude de ações relacionadas com o meio ambiente.

OBRIGAÇÕES AMBIENTAIS A LONGO PRAZO - São obrigações contraídas que esteja envolvido com prazo de tempo que ultrapasse o exercício de 12 meses e que esteja relacionado com danos ambientais provocado pela empresa.

PROVISÕES AMBIENTAIS – Se trata de um reserva ambiental que a empresa faz para se precaver de algum desfortuno que poderá vir ocorrer no futuro. Poderá ser utilizada quando a empresa for penalizada através de multas ambientais, caso a conta caixa ambiental o saldo não for suficiente para arcar com despesas ambientais.

Em suma podemos perceber que caso a empresa queira adotar esta separação de despesas ambientais de não ambientais, ela poderá obter informações, gerando relatórios ambientais, com o objetivo de uma melhor tomada de decisão. E assim terá capacidade de verificar sua real situação tanto em questão econômico, financeiro, e ambiental.

4.METODOLOGIA

A pesquisa é classificada como exploratória, que, segundo Vergara (2005), é um tipo de estudo que pretende atingir uma área na qual há pouco conhecimento acumulado, permitindo esclarecer os principais conceitos acerca do fenômeno que deseja investigar. Este estudo caracteriza-se, ainda, como descritivo, em virtude de expor características de determinado fenômeno, estabelecendo correlações entre variáveis.

Será feito um levantamento no setor hoteleiro das empresas de grande porte do Estado de Alagoas.

Uma vez que o objetivo geral é a elaboração de uma proposta de um balanço sócio ambiental para setor hoteleiro do Estado de Alagoas, o primeiro passo é realizar um levantamento bibliográfico detalhado, com a finalidade de conhecer a gestão ambiental e identificar os principais elementos que caracterizam a contabilidade ambiental.

A partir da literatura consultada, será elaborado um balanço sócio ambiental e um questionário que abordará questões sobre: Contabilidade Ambiental, como: adoção de um balanço sócio ambiental proposto; se a empresa adota a norma brasileira 15401:2006 que trata sobre Meios de hospedagem – sistema de gestão de sustentabilidade, bem como sua finalidade; prática da

Contabilidade Ambiental nas empresas; importância atribuída ao balanço sócio ambiental para o setor hoteleiro do Estado de Alagoas e as dificuldades encontradas.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta pesquisa foram analisadas as empresas de grande porte do ramo hoteleiro do Estado de Alagoas com o intuito de propor um balanço sócio ambiental. Os questionários foram aplicados nos meses julho e agosto de 2014.

A partir da elaboração do balanço sócio ambiental para o setor hoteleiro no Estado de Alagoas foi feito uma análise se o balanço sugerido é capaz de registrar ações de gestão ambiental. Porém, durante a pesquisa de campo ficou evidente que o setor hoteleiro do Estado de Alagoas ainda não adota um sistema de gestão ambiental, e alguns estão em fase de adaptação, isso ocorre devido à falta de conhecimento sobre a sustentabilidade adotado aos hotéis, porém foi verificado que a forma que eles encontraram para tratar sobre a parte de resíduos, e questões ligadas ao meio ambiente foi através da contratação de empresas terceirizadas.

Ao questionar sobre a aplicabilidade do plano de contas ambiental proposto foi verificado que dos hotéis visitados por não conhecer a temática não souberam analisar e verifica a sua aplicabilidade e informaram que seria útil caso o hotel adotasse a contabilidade ambiental.

Também foi questionado como eles contabilizam seus gastos ligados com as ações ambientais e foi verificado que eles contabilizam como despesas.

Também foi questionado se os hotéis possuem alguma certificação e informaram que no momento não. Porém, comentaram que está em fase de discussão sobre a adoção de alguma certificação.

Alguns informaram que há pouco tempo iniciaram ações que promovem sustentabilidade em seu meio para diminuir o impacto ambiental provocado, porém em termos de contabilidade ambiental nada é feito, inclusive o contador não tem opinião formada sobre o assunto. Outros informaram que está em fase de discussão sobre a adoção de ações ambientais.

Quando foi questionado o que as empresas tem feito em relação à preservação do meio ambiente, foi verificado que alguns iniciaram a implantação a pouco tempo e outros estão em fase de discussão de como implantar tais medidas ambientais.

Também foi questionado sobre a norma brasileira 15401:2006 que trata sobre Meios de hospedagem – sistema de gestão de sustentabilidade – requisitos, apenas uma afirmou que está em fase de implantação e as demais informaram que desconhecem e no momento não possuem nenhuma certificação.

Diante disso, foi verificado que há uma carência no setor hoteleiro de profissionais ligado a área de gestão ambiental, para que possam implantar um balanço sócio ambiental no setor hoteleiro.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da temática contabilidade ambiental no Estado de Alagoas que é praticamente inexistente, ainda não se tem indícios desta prática no setor hoteleiro, apesar de ser uma área que está próximo de se adequar, devido à interação direta com o uso do meio ambiente. Na maioria dos hotéis entrevistados foi verificado que nenhum utiliza o plano de contas ambiental, e consequente



disso também não adota o balanço sócio ambiental e não possui nenhuma certificação, porém é um assunto que está em pauta na gestão dos hotéis há pouco tempo.

Como foi verificado em alguns hotéis do Estado de Alagoas vem aos poucos estudando sobre a inclusão de ações de gestão ambiental. Essa atitude se torna importante devido ao fato de está interligada direta e indiretamente com o meio ambiente. Em virtude do uso inadequado dos recursos poderá gerar alguns danos às empresas. E com o a aplicação desta contabilidade sustentável poderá as empresas ter um controle em relação aos fatos e atos praticados pela entidade com o objetivo de prevenir e evitar futuros danos ambientais. Um dos fatores que impedem a adoção desta contabilidade ambiental também se deve ao fato de não ser obrigatório, pois o balanço ambiental é facultativo, as empresas aderem caso seja conveniente. Porém a adoção do balanço ambiental nas empresas podem gerar relatórios ambientais e verificar a situação da empresa de uma forma mais fidedigna, evitando também multas ambientais. Como também permitindo aos interessados da informação verificar o grau de envolvimento das empresas com o crescimento sustentável.

A presente pesquisa buscou propor balanço sócio ambiental no setor hoteleiro no Estado de Alagoas, a fim de verificar as ações ambientais adotadas nos hotéis e contribuir para a discussão sobre a necessidade de despertar o olhar dos gestores para adoção do balanço sócio ambiental para setor hoteleiro.

REFERÊNCIAS

Alberto, Sistemac, 2013.

Ascanio, Alfredo. **Turismo e planejamento hoteleiro: Avaliação econômica e ambiental**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2003. –(coleção turismo).

Norma ISO 14001: 2004. **Gestão Ambiental**. Disponível em : http://www.crq4.org.br/sms/files/file/apostila_iso14001_2013_site.pdf.

Norma 15401:2006: **Meios de hospedagem – Sistema de Gestão da Sustentabilidade – Requisitos**. Disponível em < <http://ecoturmatatlantica.files.wordpress.com/2010/09/21425202939-mh-sistema-de-gestao-da-sustentabilidade.pdf>>.

NPA 11: **Instituto dos Auditores Independentes dp Brasil**. Disponível. em :< <http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/lisPublicacoes.php?codCat=>>.

NUNES, Thaíse. LIMA, Michele, 2012, disponível em : <http://blogecoando.blogspot.com.br/2012/07/sistema-de-gestao-ambiental.html>

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006.



SÁ, A. L. D. **Contabilidade Ambiental: Uma Responsabilidade Social**. 1999. disponível em: <<http://www.lopesdesa.com.br/artigos/ambiental/>> Acessado em: 03/09/2012.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2013.

KRAEMER, **Contabilidade Ambiental: o passaporte para competitividade** CRSSR & Você - Florianópolis, VI, nº1 , pág. 7, dez/ 2011 – mar/2002.

VERGARA, S. C. **Projeto e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005. 96p.